

Mais 11 quilômetros de vias duplicadas são entregues na BR-135

Seg 27 novembro

Motoristas que trafegam pela BR-135 passam a contar, a partir desta semana, com mais 11 quilômetros de rodovia duplicada, próximo à Curvelo, na região Central do estado.

As obras fazem parte da concessão, assinada com o [Governo de Minas](#) por meio da [Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais \(Seinfra\)](#).

Nesta segunda-feira (27/11), cinco quilômetros de pista duplicada entre os kms 648 e 653 estão previstos para liberação.

Na última semana, três quilômetros já haviam entregues.

Já na quarta-feira (29/11), a previsão é que o trecho do km 653 ao km 657 também esteja pronto para o trânsito de veículos a partir das 14h, totalizando 11 quilômetros.

Somados, até novembro deste ano, serão 74 quilômetros de pistas duplicadas liberadas ao tráfego entre Curvelo e Corinto.

Todas as obras fazem parte da duplicação e ampliação da BR-135, compreendidas em uma das maiores obras de infraestrutura viária em andamento no Brasil.

“As obras de duplicação fazem parte da construção da nova BR-135 com foco na modernização e ampliação da rodovia, além da implantação de passarelas e atividades de melhorias em todo trecho concessionado, proporcionando mais segurança e conforto para quem trafega pela rodovia”, comenta Silvio Caldas, diretor superintendente da Eco135, concessionária responsável pela rodovia.

Investimentos

A concessão da BR-135 teve contrato assinado em 2018 entre a Seinfra e a concessionária vencedora da licitação, a Eco135 Concessionária de Rodovias S/A.

Com investimentos previstos da ordem de R\$ 3,6 bilhões, o contrato tem duração de 30 anos e contempla 364 quilômetros de malha, abrangendo as rodovias BR-

135 (Montes Claros, Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Joaquim Felício, Buenópolis, Augusto de Lima, Corinto, Curvelo e

Paraopeba); LMG- 754 (Curvelo, Inimutaba e Cordisburgo); e MG-231 (Cordisburgo e Caetanópolis).

Todas as intervenções obrigatórias são monitoradas e fiscalizadas pela Seinfra e não há contraprestação financeira do Estado.